

## ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO CONHECIMENTO SOBRE COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL

Darlan José Roman(CPGA/UFSC)<sup>1</sup>

### Resumo

Neste trabalho desenvolve-se uma análise epistemológica sobre o tema competitividade organizacional. A análise se constrói com base nas principais correntes de pensamento que se desenvolveram ao longo do tempo – empirismo, racionalismo, positivismo, utilitarismo, funcionalismo, sistemismo, dialética e complexidade. A análise epistemológica se desenvolve a partir da descrição dos principais pontos influentes das diversas correntes sobre os aspectos que são considerados determinantes para a competitividade das organizações. Estes aspectos são denominados de fatores de competitividade organizacional. Cada fator possui características próprias e as empresas são desafiadas a criar condições estruturais que possibilitem atender as demandas estabelecidas por esses fatores. A criação dessas condições refletirá no grau de desempenho da empresa em ambientes marcados pela competição intensa. Foi possível constatar que o grupo dos fatores determinantes na competição entre empresas divide-se de forma balanceada entre os paradigmas funcionalista e crítico. Dos 15 fatores de competitividade analisados, 8 sofrem influência da abordagem funcionalista e 7 são influenciados pela abordagem crítica. Os fatores funcionalistas são chamados neste estudo de fatores técnicos, enquanto os fatores que se referem à abordagem crítica são denominados fatores ambientais ou institucionais.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho desenvolve-se uma análise epistemológica sobre o tema competitividade organizacional. A análise se constrói com base nas principais correntes de pensamento que se desenvolveram ao longo do tempo – empirismo, racionalismo, positivismo, utilitarismo, funcionalismo, sistemismo, dialética e complexidade. A revisão das principais correntes de pensamento que influenciaram a formação do conhecimento sobre competitividade organizacional não tem por objetivo confrontar idéias dos paradigmas funcionalista e crítico, mas discorrer sobre aspectos inerentes a cada paradigma e a implicação na discussão que têm se desenvolvido sobre o tema em análise.

No campo de atuação das organizações empresariais observa-se, atualmente, que a capacidade de competição depende da capacidade de mudar e de desenvolver novas direções estratégicas. O processo de pensar o novo, considerar idéias e soluções que ainda não são conhecidas assume um papel importante em termos de aquisição de vantagem competitiva.

A análise epistemológica se desenvolve a partir da descrição dos principais pontos influentes das diversas correntes sobre nos aspectos que são considerados determinantes para a competitividade das organizações. Estes aspectos são denominados de fatores de competitividade organizacional. Cada fator possui características próprias e as empresas são desafiadas a criar condições estruturais que possibilitem atender as demandas estabelecidas por esses

---

<sup>1</sup> [darlanroman@yahoo.com.br](mailto:darlanroman@yahoo.com.br)



# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

fatores. A criação dessas condições refletirá no grau de desempenho da empresa em ambientes marcados pela competição intensa.

O fator de competitividade é entendido como aquilo que se configura como uma real preocupação e razão de ser de cada atividade da empresa. Estas “razões de fundo” ou “razões de ser” se constituem em aspectos que, ao serem claramente identificados, podem contribuir para o aperfeiçoamento organizacional, ou mais especificamente, para o aumento da *performance*. Pode-se dizer que o fator de competitividade corresponde às variáveis nas quais a organização precisa apresentar bom desempenho, para sobreviver e se destacar em relação ao mercado.

Para Kupfer (1992), “são tantos os enfoques, abrangências e preocupações às quais se busca associar o conceito de competitividade que não é sem razão que os trabalhos sobre o tema têm por norma iniciarem estabelecendo uma definição própria para o conceito”. Sob a perspectiva da abordagem da ecologia populacional, “a competitividade é vista como um tipo de relação permeada pela disputa entre organizações, ou populações de organizações, por recursos escassos, mas essenciais a sua sobrevivência” (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2010, 35).

Logo, sob este enfoque, a organização conseguirá destaque se conseguir se diferenciar de seus concorrentes em termos de produção de bens, serviços e relacionamento com os agentes externos. Nestes termos, as prioridades ou vantagens competitivas podem ser definidas como sendo um conjunto consistente de características de desempenho que a empresa terá, e através da qual contribuirá para um aumento da competitividade da organização (CASTRO, SANTOS e SILVA 2008).

A ênfase atribuída à eficiência operacional das organizações tem ocasionado a compreensão da competitividade com base apenas em fatores relativos ao ambiente técnico. As organizações trabalham sob níveis diferentes de pressões ambientais, tanto técnicas quanto institucionais, em face da natureza de suas atividades, do segmento onde atuam e do nível de referência ambiental que consideram (MACHADO-DA-SILVA; BARBOSA, 2002).

Torna-se uma situação complicada compreender os desafios competitivos impostos às organizações sem se considerar a importância em conjunto dos aspectos técnicos (intrínsecos a organização) e institucionais (extrínsecos à organização). Ainda para uma análise mais precisa do fenômeno da competitividade, além dos aspectos técnicos e institucionais, “é preciso ter em mente a influência dos padrões setoriais e das características socioculturais presentes nas organizações e no ambiente em que atuam” (MACHADO-DA-SILVA; BARBOSA, 2002, p. 11).

Sendo assim, a análise epistemológica sobre a competitividade é importante na medida em que oferece condições de confrontar o conhecimento especialista do tema com as principais correntes de pensamento que influenciaram o desenvolvimento das ciências e da filosofia. Neste estudo não se tem a pretensão de gerar resultados conclusivos, mas provocar a discussão e a reflexão sobre o tema por meio da análise que se pretende construir.

## 2 PLANO DE ANÁLISE

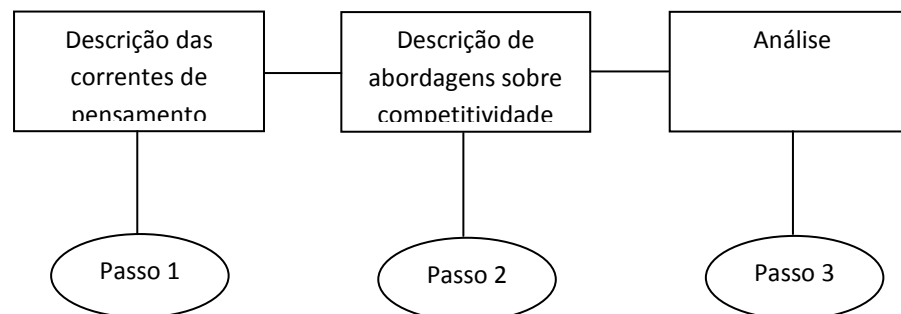
A análise epistemológica sobre o tema competitividade organizacional será desenvolvida por meio dos seguintes passos: 1) descrição das principais correntes de pensamento científicas e filosóficas; 2) descrição das abordagens sobre competitividade, destacando os fatores de competitividade; 3) análise da implicação das correntes de pensamento na ciência da Administração e na competitividade das organizações.

No Quadro 1 ilustra-se os principais pensadores e respectivas correntes de pensamento que serão descritos no item 3 a seguir.

<b>Pensadores</b>	<b>Corrente de Pensamento</b>
Bacon, Descartes, Kant	Empirismo/Racionalismo
Comte, Popper, Círculo de Viena, Schlick, Benthan	Positivismo/Utilitarismo
Durkheim, Malinowski e Selznick, Radcliffe-Brown	Funcionalismo
Parsons, Buckley, Kast e Rosenzweig	Sistemismo
Marx, Gurvitch, Séguin e Chanlat, Benson	Dialética
Descamps, Morin, Prigogine e Spencers	Complexidade

**Quadro 1 Pensadores e correntes de pensamento**

Em seguida será descrita uma análise das principais implicações das correntes de pensamento na ciência da Administração. Por fim, apresenta-se algumas abordagens sobre a competitividade organizacional e seus resultados. Com o conhecimento da literatura sobre competitividade será possível estabelecer uma análise epistemológica sobre o tema destacando os métodos e correntes que influenciaram e influenciam no desenvolvimento dos estudos. Na Figura 1 ilustra-se os passos que serão seguidos neste trabalho.



**Figura 1: Passos do trabalho**

### 3 ABORDAGEM TEÓRICA

Neste tópico apresentam-se as principais correntes de pensamento científico, alguns conceitos sobre competitividade e, por fim, a análise epistemológica do tema. Inicia-se com o racionalismo/empirismo, segue-se com o positivismo/utilitarismo, após se apresenta o funcionalismo e o sistemismo. Importante ressaltar que estas três abordagens constituem o que se chama de paradigma dominante. Em seguida descreve-se a corrente dialética a qual representa divergências com relação ao paradigma dominante e finaliza-se com a teoria da complexidade. Após a descrição das principais correntes de pensamento o trabalho prossegue com a apresentação de alguns conceitos sobre o tema em análise, destacando os fatores que são considerados na literatura como indispensáveis para se conseguir competitividade

#### 3.1 CORRENTES DE PENSAMENTO

##### 3.1.1 Empirismo/Racionalismo – Bacon, Descartes e Kant

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

O ato de proclamar a natureza como algo finito, reduzido a partes últimas e, por isso, passível de ser dominada pelo conhecimento, provocou danos consideráveis tanto para a Filosofia como para as Ciências (BACON, 1973). Quando se considera algum conhecimento como definitivo assume-se um grande risco de se estar sendo negligente e prematuro, pois, nestes casos, há motivos para se acreditar que não se está levando em consideração o fato de que a natureza supera em muito, em complexidade, os sentidos e o intelecto.

Descartes (1979) começa a perceber que os livros escritos e reescritos, alvos de opiniões diversas, podem não ser tão precisos nos seus propósitos como o raciocínio de um homem de bom senso e que o ser humano, no geral se vê contaminado por costumes e opiniões alheias, desde seu nascimento. No método de Descartes era preciso questionar o que se tem por verdade; dividir as dificuldades o mais que fosse possível; partir sempre do mais simples e mais fácil de se conhecer, sempre com uma lógica de ordenação; fazer enumerações e revisões rigorosas. Contentou-se com os achados que conseguiu, por meio das análises matemáticas, mas esclareceu que carecia de maior aprofundamento em outras áreas, como a filosofia, de onde parecia tudo se originar, para que se conseguisse então, estabelecer princípios seguros (Descartes, 1979).

Por sua vez, Immanuel Kant, por meio de uma teoria crítica, constitui uma investigação preliminar sobre as possibilidades da razão, uma crítica radical da metafísica racionalista e da metafísica no geral (PADOVANI e CASTAGNOLA, 1990). Kant rebaixa o objeto e promove o sujeito para o centro do mundo cognoscitivo, dando um novo sentido entre o mundo real da experiência, passando este a ter relação com a razão do sujeito. As teorias de Kant se baseiam no conhecimento humano, no agir humano e no sentir humano. Kant frisa que a natureza não pode ser explicada com base numa simples concepção mecanicista, a menos que esta incorpore uma explicação teleológica, no entanto, Kant diz que a consideração teleológica da natureza não pode ser um conhecimento verdadeiro e próprio como o científico mecanicista (PADOVANI e CASTAGNOLA, 1990). O criticismo de Kant não explica a possibilidade da ciência, menos ainda demonstra a impossibilidade da metafísica.

A idéia de reduzir para compreender, presente no método de Descartes, em particular, mais tarde viria a ter suas bases abaladas. É importante lembrar que, mesmo Descartes, reconhecia o fato da necessidade de se conhecer mais a fundo aspectos filosóficos que, segundo ele, são a origem de qualquer conhecimento. Uma teoria ainda mais crítica surge com Kant e aborda questões ligadas ao racionalismo - presente no pensamento de Descartes - e ao empirismo. No entanto, o criticismo de Kant, por mais estranho que possa parecer, torna-se alvo de muitas críticas, principalmente pela existência de contradições no desenvolvimento das idéias. A metafísica, por exemplo, é ferozmente criticada num primeiro momento, sendo considerada importante mais adiante. Outro ponto contraditório aparece quando se diz que a natureza não pode ser explicada com base numa simples concepção mecanicista, a menos que esta incorpore uma explicação teleológica.

### **3.1.2 Positivismo/Utilitarismo – Bentham, Círculo de Viena, Comte, Schlick, Carnap e Popper**

Por meio da dor e do prazer, a natureza condiciona o ser humano a selecionar o que deve ser feito e o que é feito efetivamente na realidade. O princípio da Utilidade, por sua vez, reconhece que o homem está sujeito aos senhores da dor e do prazer e regula qualquer ação segundo a tendência de promover ou comprometer a felicidade. Nestes termos, Bentham (1979) apresenta um método, por meio da observação dos valores intrínsecos a dor e prazer, para determinar se a tendência de um determinado ato será boa ou má.

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

No pensamento desenvolvido no chamado Círculo de Viena, com o neopositivismo, afirma-se que somente a experiência baseada na demonstração rigorosa e no recurso aos fatos observáveis pode fazer avançar o conhecimento. Os conhecimentos científicos só podem surgir por meio de proposições lógicas e matemáticas e proposições empíricas (SCIENCES HUMAINES, 2000).

O Positivismo, pensado por Augusto Comte e que apresenta como uma de suas características o utilitarismo, representa uma reação contra o Idealismo, chamando a atenção para a importância da experiência como forma de se conhecer a natureza. Enquanto o Idealismo procura uma interpretação, uma unificação da experiência mediante a razão, o Positivismo, ao contrário, quer limitar-se a experiência imediata, pura, sensível como já fizera o empirismo. Para John Stuart Mill, maior representante do positivismo na Inglaterra, a experiência não tem valor universal e sim particular. Spencer, considerado o divulgador do positivismo inglês, prega a aplicação da lei da Evolução a todo o campo da experiência (PADOVANI E CASTAGNOLA, 1990).

As linhas de pensamento sobre o Positivismo, no entanto, desde Augusto Comte até os dias atuais sofrem uma grande evolução. O Positivismo quer desvencilhar-se totalmente do Idealismo, mas parece não conseguir, há aparentes pontos de similaridade de conceitos. Neste sentido, o Positivismo não consegue ser totalmente anti-metafísico. O que diferencia o metafísico (ou realista) do não-metafísico não são os sentimentos que o primeiro pode ter e o segundo não, mas o fato de o segundo reconhecer que determinadas proposições de forma alguma revestem o sentido que parecem ter, e por isso devem ser evitadas (SCHLICK E CARNAP, 1990).

Popper (1980) argumenta que métodos empíricos são também chamados de métodos indutivos. Mas, diz o autor, qualquer conclusão obtida desta maneira pode sempre acabar sendo falsa. A principal razão para se rejeitar a lógica indutiva é que ela não proporciona um critério de demarcação apropriado entre as ciências empíricas e o metafísico. É justamente o problema da demarcação que ganha importância no método dedutivista. O autor propõe elaborar uma concepção chamada “dedutivismo”.

### **3.1.3 Funcionalismo – Durkheim, Malinowski, Radcliffe-Brown e Selznick**

Os fatos que apresentam características especiais que consistem em maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõe, são considerados fatos sociais. Um fato social reconhece-se pelo seu poder de coação externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos, mas não exclui necessariamente a personalidade individual (DURKHEIM, 1978).

O funcionalismo está ligado a questão da divisão do trabalho. O funcionalismo, no que diz respeito a sua presença em toda abordagem antropológica, ocupa-se da compreensão clara da natureza dos fenômenos culturais, antes que estes sejam submetidos a manipulações especulativas posteriores. A teoria funcional pretende antes de tudo equipar o pesquisador de campo com uma perspectiva clara e instruções completas no tocante ao que observar e como registrar as observações. É preciso definir os fenômenos culturais de acordo com a função e a forma (MALINOWSKI, 1970).

O conceito de função aplicada a sociedades humanas baseia-se na analogia entre vida social e vida orgânica. Função é a contribuição que determinada atividade proporciona à atividade total da qual é parte. O funcionalismo deveria ser um empenho em perceber a vida social de um povo como um todo como unidade funcional. O ponto de vista funcionalista implica, portanto, que tenhamos de investigar o mais completamente possível todos os aspectos da vida social, considerando-os uns em relação com os outros, e que parte fundamental da

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

tarefa é a investigação do indivíduo e do modo pelo qual ele é modelado pela vida social ou ajustado a ela (RADCLIFFE-BROWN, 1973).

A organização formal é um sistema de atividades ou forças conscientemente coordenadas, entre duas ou mais pessoas. Os sistemas formais falham ao passo que não podem abranger as modificações introduzidas pelos aspectos informais. A relevância das estruturas não convencionais na análise de organizações encarece o significado da concepção das organizações formais como sistemas cooperativos, fazendo emergir um caráter orgânico. A análise estrutural e funcional relaciona o comportamento contemporâneo e variável a um sistema de necessidades e a um mecanismo presumivelmente estáveis (SELZNICK, 1967).

### **3.1.4 Sistemismo – Buckley, Parsons e Kast e Rosenzweig**

Para Buckley (1971) existe necessidade de um desenvolvimento mais aprofundado em sociologia sobre sistemas sociais. A tentativa de fundir os modelos mecânicos e orgânicos na mesma estrutura teórica do social não é apenas contestável em vista dos seus inumeráveis pontos de incompatibilidade, senão também retrogrado em face dos modernos progressos da Sociologia. Os sistemas mecânicos e sócio-culturais são tipos muito diferentes de sistemas, com princípios e dinâmicas de organização basicamente diferentes. O modelo organismico também é singularmente inadequado a algo mais que uma análise superficial de sistema sociocultural.

A prioridade de atenção para a consecução de uma meta específica é considerada característica de definição de uma organização, distinguindo-a de outros tipos de sistemas sociais. A consecução de uma meta é definida como a relação entre um sistema e as partes relevantes da situação externa em que ele atua ou funciona. Aquilo que, do ponto de vista da organização, é a sua meta específica, constitui, do ponto de vista do sistema maior de que representa parte, uma função diferenciada ou especializada. O ponto principal de referência para a análise da estrutura de qualquer sistema social é seu padrão de valores. Estes orientam as atividades dos participantes. No entanto, o sistema de valores de uma empresa, ao subordinar-se a questões econômicas, constitui uma versão de racionalidade econômica que legitima a meta da produção econômica (PARSONS, 1967).

Para Parsons os mecanismos de controle tendem a minimizar a existência de informalidade nos sistemas. Se estes mecanismos não funcionarem adequadamente o sistema modificara o seu estado ou se desintegrará. Parsons fala em uma estrutura dominante que deve ser preservada. Homans, por sua vez, dá a entender que a idéia de sobrevivência ou continuidade na teoria funcional só pode tornar-se rigorosa se a sobrevivência for redefinida como equilíbrio. Mas, nem todos os sistemas buscam equilíbrio. Os sistemas que se baseiam no equilíbrio são considerados sistemas de nível inferior e os sistemas adaptativos seriam os de níveis mais elevados (BUCKLEY, 1971).

Muitos conceitos baseados em sistemas, emprestados da investigação de outros tipos de sistemas físicos, biológicos e sociais, adquirem sentido no estudo das organizações. A teoria tradicional supunha a organização como um sistema fechado, enquanto a concepção moderna a considera sistema aberto, em interação com seu ambiente. Embora o enfoque sistêmico tenha sido adotado e utilizado pela ciência da administração, os modelos caracteristicamente empregados são fechados, dando ênfase apenas a certas variáveis que se prestam a quantificação. A concepção de sistema sócio-técnico aberto dá origem a um papel mais difícil, a ser desempenhado pelo sistema de administração, ele se vê obrigado a lidar com incertezas e ambigüidades e, acima de tudo, a preocupar-se com o ajuste da organização a novos requisitos, sempre em mudança (ROSENWEIG; KAST, 1980).

## 3.1.5 Dialética – Foulquié, Gurvitch, Benson e Lapassade

Desde Heraclito, filósofo pré-socrático, passando pelos Neoplatônicos e o Misticismo especulativo do século XIV, Hegel, Marx e Engels, que a dialética é objeto de reflexão. Os princípios dialéticos supõem que é só quando uma coisa tem uma contradição nela própria que ela se move, que tem uma impulsão e uma atividade. O processo dialético consta de três momentos, chamados vulgarmente, tese, antítese e síntese, mas a que Hegel chama habitualmente afirmação, negação e negação da negação. A doutrina de Marx, conforme Engels, se caracteriza em materialismo histórico e materialismo dialético. A dialética marxista se define como a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano (FOULQUIÉ, 1978).

A dialética tem em si um caráter sistêmico, pois considera o todo e suas partes. A negação dialética, conforme Gurvitch (1987), nada mais é que a destruição da lógica formal, do geral, do abstrato, do discursivo, com a finalidade de atingir o que estes escondem. A dialética, em todos os seus aspectos, é o abalo de toda estabilização aparente na realidade social, assim como em qualquer conhecimento, já que destrói toda fórmula cristalizada.

A teoria dialética permite a análise dos processos pelos quais os atores definem diferentes formas de racionalidade e aqueles pelos quais estas formas de racionalidade desaparecem. Leva em consideração os processos sociais, ignorados pelas teorias convencionais. Em toda análise dialética estuda-se a organização como um todo, contendo múltiplos níveis e domínios interdependentes uns dos outros. Deve-se então conceber a organização como um fenômeno total concreto, sublinhando a complexidade dos arranjos através dos quais os elementos estão ligados entre si (BENSON, 1987).

O emprego do termo dialética justifica-se, desde que por ele se entenda uma lógica do inacabamento, da ação sempre recomeçada. No grupo o número de participantes não determina uma sequência ou série, como numa fila de espera de ônibus. O número exprime a síntese, na linguagem dialética, a quantidade transforma-se em qualidade. Por outro lado, o juramento surge para evitar a dissolução do grupo e com a burocratização, a organização deixa de ser um meio para se transformar num objetivo. O modelo de instituição será a ferramenta forjada para a reificação. A dialética dos grupos, das organizações, das instituições ensina-nos a evitar o uso dos conceitos de acabamento e de maturidade da análise dos processos e das organizações sociais (LAPASSADE, 1977).

## 3.1.6 Complexidade – Descamps, Prigogine e Stengers e Morin

Com as disciplinas fragmentadas se impede o diálogo e a polêmica intercientífica. Devemos analisar o social com modelos tão complexos quanto aqueles que nos permitem descrever a vida. Ao lado da mecânica clássica simbolizada pelas leis, pelo determinismo, devemos nos tornar capazes de entender o aleatório. Frequentemente devemos considerar a estabilidade como um caso raro, particular, e não podemos mais conceber a probabilidade como a pior das hipóteses, como uma ignorância. Para concluir ressalta-se que os matemáticos, os biólogos, os físicos e os filósofos de hoje em dia lêem-se uns aos outros, discutem entre si (DESCAMPS, 1991).

Numerosos críticos da ciência moderna acentuaram o caráter de passividade e submissão que a física matemática empresta a natureza que descreve. As ciências são também diálogo, não intercâmbio entre sujeitos, mas explorações nas quais aquilo que está em jogo não é apenas o silêncio e a submissão do outro. A história da ciência não tem a simplicidade atribuída à evolução biológica no sentido da especialização. A ciência e a filosofia se tratam de complementaridade de saberes que, nos dois casos, constituem a tradução, segundo regras

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

mais ou menos rigorosas, de preocupações pertencentes a uma cultura e a uma época. A metamorfose das ciências contemporâneas não é ruptura, mas chegou o tempo de novas alianças (PRIGOGINE; STENGERS, 1997).

Para Morin (1982) um mundo absolutamente determinado como um mundo absolutamente aleatório são pobres e mutilados, o primeiro é incapaz de evoluir e o segundo é incapaz de nascer. A complexidade traduz-se sempre a um observador em incerteza. A lógica da complexidade é simultaneamente probabilística, dialógica, dialética, generativa. O objetivo do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo, mas dialogar com o mundo. A ciência transdisciplinar é a ciência que poderá desenvolver-se a partir das comunicações entre as ciências.

A complexidade não se reduz a complicação. É qualquer coisa de mais profundo, que emergiu varias vezes na história da filosofia. O que é interessante na epistemologia contemporânea é o reconhecimento, por parte de autores muito diferentes, de que há não-cientificidade no seio das teorias científicas. É muito importante enraizar qualquer teoria na cultura, na sociedade de onde ela brota. O conhecimento é ao mesmo tempo, prometido em novos desenvolvimentos e condenado ao inacabamento. Uma epistemologia complexa poderá fazer-nos tomar consciência dos limites do conhecimento, o que é um progresso, porque o conhecimento dos limites é sempre um progresso de conhecimento (MORIN, 1996).

Todas as descobertas surpreendentes que acontecem quebram uma imagem coerente do mundo, ou seja, uma coisa que se crê racional. O problema da racionalidade é que se ela se cristaliza, endurece e se fecha, ela se torna racionalização. A racionalização está associada ao paradigma dominante funcionalista, exercendo grande impacto nas ciências sócias (MORIN, 1986).

## 3.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA: COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL

A expectativa das organizações, ditada principalmente pelo desejo de buscar o lucro e pelo desejo de conviver satisfatoriamente com as incertezas inerentes ao negócio, tem na busca da competitividade a justificativa de sua existência. No entanto, mais do que apenas possuir expectativas, faz-se necessário que as empresas detenham algumas capacidades para transformar as expectativas em realidade (LE MOS e NASCIMENTO, 1999).

Uma das primeiras referências à expressão “vantagem competitiva” na literatura de estratégia pode ser encontrada em Ansoff (1965, p. 188-194), que a definiu como a vantagem de perceber, de forma pró-ativa, tendências de mercado à frente dos concorrentes e de ajustar a oferta em função dessa antecipação. Esta interpretação tem conotação mercadológica, portanto parcial. Deve-se ter em conta que a capacidade de competir pode ser fruto de diferentes competências, que podem estar assentadas em diferentes áreas funcionais, funções administrativas ou categorias de especialidade.

Para Kupfer (1992), “são tantos os enfoques, abrangências e preocupações às quais se busca associar o conceito de competitividade que não é sem razão que os trabalhos sobre o tema têm por norma iniciarem estabelecendo uma definição própria para o conceito”. Sob a perspectiva da abordagem da ecologia populacional, “a competitividade é vista como um tipo de relação permeada pela disputa entre organizações, ou populações de organizações, por recursos escassos, mas essenciais a sua sobrevivência” (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2010, 35). Logo, sob este enfoque, a organização conseguirá destaque se conseguir se diferenciar de seus concorrentes em termos de produção de bens, serviços e relacionamento com os agentes externos.

A idéia de competitividade implicitamente supõe conflito e rivalidade, o que dificulta a sua adequada apreensão. Em economia, ela pode ser abordada tanto no âmbito



# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

do Estado, representada na competitividade macroeconômica, como no âmbito organizacional, cerne da competitividade microeconômica. Quando se privilegia o plano micro, o tratamento recai sobre as características da organização ou de um produto, relacionadas à aspectos de desempenho ou de eficiência técnica dos processos produtivos e administrativos (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2010, p. 36-37).

O fenômeno de competitividade deve ser avaliado a partir de duas premissas:

- O tempo é fator decisivo no processo de concorrência, na medida em que as estratégias competitivas adotadas pelas empresas não rendem frutos imediatamente.
- Existe incerteza em relação ao futuro, o que implica a incapacidade da empresa avaliar com precisão as suas estratégias, as estratégias que estão sendo adotadas pelos concorrentes e, por fim, o próprio padrão de concorrência setorial (KUPFER, 1992, p. 14).

Conforme Machado-da-Silva; Fonseca (2010, p. 37) “competitividade como eficiência é definida pela habilidade da organização em fabricar produtos melhores do que seus concorrentes, de acordo com os limites impostos pela sua capacitação tecnológica, gerencial, financeira e comercial”. Sob a ótica da eficiência, o conceito de competitividade não considera da forma como deveria os aspectos externos. Estes aspectos, chamados na literatura de aspectos institucionais, vêm assumindo cada vez mais importância na busca por competitividade. Desta maneira, os fatores que influenciam na competitividade da empresa devem se preocupar com questões que vão além da eficiência do processo produtivo e normatização dos aspectos gerenciais. As ações organizacionais devem considerar os aspectos ambientais.

O conceito de competitividade, segundo Castro, Santos e Silva (2008), tornou-se relevante na produção após o trabalho de Skinner (1969), que apontou padrões comuns para mensurar o desempenho da manufatura. Skinner (1969) apontou as seguintes características: atender a ciclos menores de entregas do produto, ter produto com qualidade e confiabilidade, cumprir com a promessa de entrega, ser hábil para produzir novos produtos rapidamente, possuir flexibilidade para ajustar mudanças no volume e obter custos baixos.

A ênfase atribuída à eficiência operacional das organizações tem ocasionado a compreensão da competitividade com base apenas em fatores relativos ao ambiente técnico. As organizações trabalham sob níveis diferentes de pressões ambientais, tanto técnicas quanto institucionais, em face da natureza de suas atividades, do segmento onde atuam e do nível de referência ambiental que consideram (MACHADO-DA-SILVA; BARBOSA, 2002). Torna-se uma situação complicada compreender os desafios competitivos impostos às organizações sem se considerar a importância em conjunto dos aspectos técnicos (intrínsecos à organização) e institucionais (extrínsecos à organização).

Assim, ao contrário do enfoque econômico, o raciocínio subjacente ao desenvolvimento do enfoque institucional orienta-se no sentido de fora para dentro. Em outras palavras, diante da necessidade de elaboração de uma resposta às pressões contextuais, enquanto a adoção da primeira abordagem conduz à tendência em concentrar-se na avaliação das limitações técnicas da organização a partir da comparação com os resultados alcançados pelos concorrentes, a segunda salienta a importância em buscar-se a conformidade à padrões normativos de suporte e legitimação, com base na sua interpretação (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2010, p. 43).

Ainda para uma análise mais precisa do fenômeno da competitividade, além dos aspectos técnicos e institucionais, “é preciso ter em mente a influência dos padrões setoriais e das características socioculturais presentes nas organizações e no ambiente em que atuam” (MACHADO-DA-SILVA; BARBOSA, 2002, p. 11).

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A competição organizacional, portanto, não se dá apenas por meio de fatores econômicos. Os recursos pelos quais se compete são, além de técnicos, de ordem institucional. As organizações são tomadas por exigências de conformidade a padrões técnicos, mas também sofrem pressões de outras organizações e da sociedade como um todo para se adequarem aos padrões de conduta socialmente aceitos. Essas pressões requerem componentes simbólicos, tais como: reputação de eficiência, prestígio e conduta socialmente legitimada (MACHADO-DA-SILVA; BARBOSA, 2002, p. 11).

Competitividade, para Kupfer (1992) é um fenômeno "ex-post" que não é captado pelo desempenho corrente da firma no mercado. O desempenho no mercado hoje está indicando a competitividade da empresa em algum momento do passado. Entre esse momento e o presente, diferentes firmas possivelmente adotaram novas e diferentes estratégias, com base em expectativas incertas de retorno.

Mesmo que Kupfer considere a competitividade como um fenômeno "ex-post", neste trabalho desenvolve-se a idéia que é possível, por meio da observação e incorporação de elementos atrelados à competitividade nas atividades operacionais e estratégicas da organização, considerar a possibilidade de avaliar a competitividade como um fenômeno "ex-ante". Por meio do mapeamento das expectativas e práticas dos agentes econômicos em um determinado período temporal, é possível orientar as atividades organizacionais para os padrões percebidos como mais competitivos.

Os resultados apresentados em Machado-da-Silva e Barbosa (2002) sugerem que fatores ligados à imagem corporativa ou à qualidade do relacionamento da empresa com seus clientes, bem como com outras empresas, assumem importância crescente. É possível perceber uma aproximação em termos de importância para a competitividade dos aspectos técnicos e institucionais. Ainda comentando os resultados do trabalho citado acima, constata-se que a responsabilidade social e ecológica da empresa, bem como o modo como ela se relaciona com seus clientes, vêm sendo gradativamente apresentados na literatura no mesmo nível de importância, por exemplo, do preço que ela pratica.

### **3.2.1 Os fatores de competitividade organizacional**

Para Silva (2002: 19), "a lógica de ação em que se baseiam as ações organizacionais encontra-se na mensagem expressa pelos fatores de competitividade". A empresa pode valorizar um critério percebido como gerador de competitividade, em detrimento de outro, conforme suas condições específicas de atuação. Na análise de diferentes autores da área da administração é possível encontrar uma ênfase nos seguintes fatores determinantes de competitividade: qualidade, custo, flexibilidade, rapidez e confiabilidade (SCOPINHO, 2000; BUIAR, 1999; STEVENSON, 2001; BUFFA, 1972).

Em algumas abordagens da Teoria Econômica percebe-se a ênfase dos autores em aspectos determinantes de vantagens competitivas. Smith (1983) observa a importância das inovações técnicas, que proporcionavam, principalmente, às manufaturas da época maior flexibilidade em termos de instalação da planta e produção de bens. Para este autor a divisão do trabalho parece ser a responsável pelo maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com as quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado. A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho. Consegue-se assim, nas indústrias, aumentos de produtividade e eficiência, graças a especialização da mão de obra (SMITH, 1983).

Ricardo (1982) destaca a importância das vantagens comparativas das nações, como meio de conseguir melhores resultados no ambiente concorrencial. Se uma nação possui mai-

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

or habilidade, tecnologia e recursos em produzir vinho a produzir tecido, por exemplo, é melhor para esta nação produzir vinho para consumo próprio e para exportação e importe tecido. O enfoque ricardiano supõe que as vantagens comparativas podem trazer desenvolvimento e melhoria nas condições econômicas e de bem estar da sociedade.

Na abordagem de Schumpeter (1989) o desenvolvimento ultrapassa as fronteiras do fluxo circular. Na busca por um ponto de equilíbrio, não se pode esperar que haja desenvolvimento. Quando acontecem novas combinações – de produtos, de processos, de negociações – está, ao mesmo tempo, acontecendo desenvolvimento. A inovação, neste sentido, assume posição fundamental e torna-se a pedra angular do processo de desenvolvimento. O que parece ficar claro é que são as inovações tecnológicas que determinarão a competitividade da empresa e da nação. Schumpeter percebe que sem inovações tecnológicas, sem novas combinações, havia sério risco de se estar caindo num estado estacionário de desenvolvimento.

Numa economia monetária, o crescimento da firma envolve dois tipos de decisão. Um diz respeito a quanto investir em ativos fixos, a outra diz respeito a como financiar o investimento. Na economia monetária keynesiana a moeda será o elemento responsável por expandir ou reprimir condições de competitividade. Os contratos previstos na economia monetária têm baseados no poder da moeda seus aspectos de viabilização. Keynes (1985) explica a importância das questões monetárias numa economia capitalista, explicando como a moeda influencia diretamente na produção. É a disponibilidade de moeda que irá permitir ou não a aquisição de uma nova tecnologia de produção, construção de uma nova planta ou refinanciamento de débitos. Uma economia monetária de produção é caracterizada pelo fato de que a produção é realizada com o objetivo de gerar lucro monetário.

Após uma breve apresentação de algumas contribuições da Teoria Econômica no contexto do tema competitividade organizacional, retorna-se ao campo das abordagens na área da Administração. Em alguns trabalhos há a associação de fatores de competitividade aos fatores temporais. Estes são motivados por alterações econômicas, políticas, sociais ou de condições competitivas como um todo. Por exemplo:

- O estilo era um fator crítico de sucesso no início dos anos 1960 para toda e qualquer companhia da indústria automotiva;
- Os representantes diretos dos fabricantes de automóveis com os clientes sempre foram às concessionárias. Não somente a venda inicial dependia fortemente da qualidade dos mesmos, mas também os contatos seguintes via serviços, num constante reforço de relacionamento, afetando as futuras compras de automóveis pelos clientes;
- Em 1976/77, a adequação à regulamentação de consumo de energia tornou-se fator crítico na indústria, por conta dos padrões governamentais impostos para controle de poluição;
- Após o impacto inicial da crise do petróleo em 1973/74, o consumidor americano voltou a ser atraído pelos automóveis de grande porte;
- Em 1978, ocorreu a segunda crise do petróleo, levando a maioria dos consumidores a ver seus automóveis como um meio eficiente de transporte e não mais como algo que projetasse, através do estilo, a personalidade do proprietário;
- A partir dos anos 1980, a “imagem” passou a substituir o “estilo” como fator crítico da indústria automotiva americana: procurando manter e fortalecer a imagem de qualidade e eficiência de combustíveis, os fabricantes americanos passaram também a buscar passar a imagem de eficiência e confiabilidade, que era percebida pelos consumidores somente nos veículos importados (QUINTELA; ROCHA; ALVES, 2005).

Na dissertação de mestrado desenvolvida por Roman (2011) identificou-se 15 fatores de competitividade organizacional, a partir da análise em publicações científicas da área de administração, publicadas entre os anos de 2000 e 2010. Após a identificação dos fatores, realizou-se um processo de validação dos mesmos por meio de envio de questionários e entrevistas



# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

tas com pesquisadores e profissionais da área de administração. Ao final do processo de validação, constatou-se que todos os 15 fatores encontrados na literatura podem ser visualizados como importantes para a competitividade das empresas. Estes fatores são apresentados a seguir.

**Alianças Estratégicas** - As alianças são formadas por uma variedade de razões, que incluem a entrada em novos mercados, reduzir custos de produção, desenvolvimento e difusão de novas tecnologias, rápida obtenção de acesso a novos mercados, partilha de riscos e defesa contra concorrentes.

**Capital Humano** - Várias atividades da Gestão de Recursos Humanos contribuem para a aquisição, desenvolvimento e retenção de pessoal de qualidade, necessários na busca por competitividade.

**Confiabilidade** - Significa fazer as coisas em tempo para os consumidores receberem seus bens ou serviços quando foram prometidos e nas condições acordadas. Este conceito se estende às relações entre clientes internos.

**Conhecimento** - São as habilidades técnicas, gerenciais e humanas que permitem às pessoas e à empresa fazer frente às demandas da produção e da organização como um todo. Resulta da educação formal, do treinamento e da experiência acumulada.

**Custos** - Empresas que concorrem diretamente em preço, o custo será seu principal objetivo de produção. Mesmo as empresas que concorrem em outros aspectos que não preço estarão interessadas em manter seus custos baixos.

**Fatores Culturais** - Refere-se à ideologia, valores, leis e rituais cotidianos. É a forma como a empresa se posiciona diante das decisões do cotidiano.

**Flexibilidade** - Habilidade do sistema de produção que permite mudança rápida de produtos e suas quantidades ou ainda a adequação dos processos.

**Inovação** - Estratégias organizacionais que visam a desenvolver novos caminhos para agir, para solucionar problemas e para elevar o nível dos resultados.

**Qualidade** - Capacidade da organização de atender às expectativas dos clientes com relação a bens e serviços e às necessidades técnicas da organização; redução de erros e custos relacionados.

**Rapidez** - Significa quanto tempo os consumidores precisam esperar para receber seus produtos. É o quão rápido a organização reage às demandas.

**Relacionamento com Clientes** - Expressa a preocupação da empresa em atender as necessidades e desejos dos clientes. É a ligação estabelecida, a forma de lidar, de conhecer, de informar, de assistir, de interagir, de conhecer o cliente.

**Responsabilidade Social** - Retrata a preocupação com questões sócio-ambientais. Significa preocupar-se e tomar atitudes em relação à sustentabilidade econômica, social e ecológica.

**Sistemas de Controle** - Estabelece mecanismos que permitem assegurar que o produto final contenha as especificações pré-determinadas pela empresa, bem como que haja um domínio amplo sobre as atividades organizacionais como um todo.

**Técnicas de Produção** - Estão inclusos: JIT (Just in time), kanban (produção puxada), redução nos tempos de setup, kaizen (melhoria contínua), redução dos tempos de ciclo, racionalização no fluxo de material etc.

**TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação)** - O monitoramento eficiente da organização requer auxílio de mecanismos que possuam grande capacidade de filtragem, armazenamento e disponibilidade de dados e informações.

Ainda na discussão sobre os resultados alcançados em Roman (2011) observa-se que alguns outros fatores relacionados a competitividade foram adicionados pelos respondentes no momento da pesquisa de campo: Consistência; Regionalidade; Logística; Sistema de

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

liderança; Rastreabilidade do Sistema; Tempo; Controle Financeiro Rigoroso; Conhecimento dos Concorrentes; Concorrência; Governança corporativa; Inovação: incremental e disruptiva (novos modelos de negócio); Outras dimensões de flexibilidade, por exemplo, customização em massa; Visão Sistêmica da Cadeia Produtiva; Competitividade da cadeia produtiva; Localização em Cluster ou Arranjo Produtivo Local (APL); Redes de Diversas Naturezas.

Acredita-se que os fatores de competitividade assumem uma estreita relação com os resultados alcançados em uma organização empresarial. Destarte, o conhecimento dos fatores de competitividade possibilitará à organização trabalhar em sincronia com as exigências ambientais, se estruturar internamente, reduzir os níveis de incertezas e melhorar seu desempenho.

## 4 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA

Neste tópico inicia-se a análise epistemológica do tema competitividade organizacional. Primeiramente descrevem-se as implicações das correntes de pensamento sobre a ciência da administração para, em seguida, proceder-se com a análise específica sobre competitividade.

Há motivos para se aceitar a idéia de crise existente no método dominante, utilizado para se construir conhecimento e largamente aplicado à ciência da administração. A fragilidade das fórmulas e modelos empregados e a deficiência de análises filosóficas e dialéticas, por exemplo, ilustram o problema do paradigma dominante. Essas questões possibilitam a emergência do modo de pensar crítico, conhecido como paradigma emergente.

O que parece ficar claro é o fato de que não se observa, nem de longe, a aproximação entre filósofos e cientistas. Esse afastamento histórico não tem indícios de que possa ter uma solução. Mas, também há dúvidas se realmente seria interessante tal avizinhamento. O papel que a filosofia exerce no sentido de repreender aqueles cientistas arrogantes que se julgam “donos da verdade” é de inquestionável importância. Por outro lado, o conhecimento puramente metafísico não permite soluções satisfatórias, principalmente em ambientes regidos pelos princípios sócio-econômicos do capitalismo. Já não se aceita mais métodos puramente matemáticos, mas também fica difícil se aceitar métodos que rejeitem a matemática.

Não seria nenhum exagero dizer que vivemos numa sociedade formal e funcional. Isso parece ser um aspecto bem visível, apesar de ser ignorado por muitos. Ser formal implica em reduzir ao máximo o espaço para questionamentos, críticas e sugestões, pois o modelo “ideal” de vida já está contemplado e explícito nas normas e padrões impostos pelas organizações e instituições sociais. Logo, a formalidade parece estar muito próxima da idéia de dominação. Nestes termos, cabe pensar que as organizações formais atuam como instrumentos de dominação.

O que se percebe, entretanto, é que mesmo com a concepção da organização como um sistema aberto, no caso das empresas, a temporada de caça à informalidade continua aberta e por tempo indeterminado. O funcionalismo, de forma alguma, perdeu seu lugar e parece que acentuou-se a preocupação sobre a questão dos mecanismos de controle. Sendo um sistema aberto, a organização interage com seu ambiente, sem, contudo, afetar os padrões formais internos. Nestes termos, cabe questionar quais foram os avanços reais da teoria dos sistemas para o estudo da organização empresarial.

Considera-se que a sociedade, como um todo, e as organizações empresariais, de forma específica, tem uma visão míope da natureza ao passo que ignoram os princípios dialéticos. O que causa também uma certa aflição consiste no fato de não haver indícios concretos de que realmente possa acontecer um desvio de conduta do paradigma dominante. O que parece é que deve-se aceitar o fato de que o modelo funcionalista continuará a predominar por

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

tempo indeterminado. No entanto, antes de assumir posição favorável sobre a presença maciça da informalidade e da dialética nas organizações, torna-se importante refletir se as pessoas realmente estão preparadas para fazer parte de tal cenário.

A noção de complexidade surge para enriquecer as discussões sobre as limitações presentes no paradigma dominante – racional e funcionalista. Mais que isso, a complexidade vêm também alertar para o cuidado que se deve tomar no processo de configuração de um paradigma emergente que se baseie na crítica. Se por um lado há riscos quando se exagera em modelos e cálculos, por outro lado, também há riscos quando estes são ignorados. A ciência, conforme a abordagem complexa, nunca será algo acabado e sim um processo eterno, um canteiro de obras que permanecerá ativo ao longo do tempo sem, contudo, finalizar a obra.

Um passo importante no processo de construção científica foi a idéia presente na Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy de unir as ciências por meio de noções sistêmicas gerais. Com isso os cientistas físicos, biológicos e sociais estariam, pelo menos teoricamente, integrados. A evolução proporcionada à ciência com a emergência do pensamento sistêmico não foi capaz de eliminar as deficiências metodológicas. Mesmo com a cibernética que promove a discussão sobre auto-organização dos sistemas, ainda permanecem ocultos os segredos contidos nas caixas pretas dos sistemas. E a complexidade surge para apresentar e discutir tais segredos.

O chamado paradigma da complexidade almeja demonstrar os aspectos escondidos pelo modelo racionalista. Os princípios complexos sugerem que os resultados obtidos no modelo dominante são distorcidos e, até mesmo, ilusórios. A proclamação da certeza já seria uma ilusão. É espantoso pensar que a comunidade científica esteja vivendo num mundo de ilusão. O espanto aumenta ainda mais a medida que as idéias desenvolvidas pelo pensamento complexo se expandem e se legitimam. O paradigma complexo avança amparado por argumentos consistentes e o paradigma funcionalista se mantém com práticas de controle, burocratização, institucionalização e poder.

A situação parece ficar ainda mais grave no campo das ciências sócias. A característica funcionalista de separação entre sujeito e objeto nos constructos metodológicos, por exemplo, evidencia a fragilidade e inconsistência dos resultados alcançados no paradigma dominante. Em outra direção, o paradigma complexo evidencia a necessidade de se considerar o sujeito como parte fundamental no processo de construção científica. A dialética é um dos aspectos intrínsecos no pensamento complexo e possibilita, por sua essência, maior rigor e concreticidade à ciência. O paradigma da complexidade guarda semelhanças óbvias com o paradigma crítico, comumente chamado de paradigma emergente.

A questão, no entanto, precisa ser tratada com mais cuidado quando se entra no campo das organizações empresariais. Analisar a administração no geral sob a ótica da complexidade é uma tarefa árdua e talvez infrutífera. É preciso ressaltar que o modelo de administração largamente empregado com base nos princípios funcionais parece atender muito bem aos requisitos impostos por um sistema maior. Se está querendo dizer aqui que o modelo de Administração funcionalista é apenas parte de um modelo de sociedade funcionalista, um modelo capitalista. Nestes termos, parece não ser possível ou viável uma “administração complexa” dentro de um sistema econômico funcionalista. A administração regida pelos princípios complexos dentro de um sistema capitalista, provavelmente, se tornaria ineficiente e inviável economicamente. O equilíbrio, as certezas e os controles parecem gerar mais lucros do que o desequilíbrio, as incertezas e a autonomia. O paradigma complexo fascina o administrador num primeiro momento, mas é o paradigma funcionalista que permite ao administrador cumprir as metas e gerar lucros para os acionistas.

Parece ficar claro que há muito que o modelo econômico predominante no mundo industrializado aceitou o mercado como base central, resultando daí que vivemos em uma



# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

sociedade centrada no mercado. Ou seja, todas as ações e aspirações sociais tem como principal fator de influência o parâmetro de vida imposto pelo mercado. Neste modelo econômico, o mercado desenvolve um outro tipo de racionalidade: a instrumental ou funcional. Nesta, conceitos se transformam em cálculos matemáticos e valores se transformam em viabilidade financeira. Alicerçado na racionalidade instrumental, o mercado é o agente maior responsável por regular preços, produtos e padrões de consumo.

Os trabalhos de Habermas e Guerreiro Ramos tentam colocar em evidência os aspectos substantivos da sociedade. Destarte, se está apertando no botão de emergência e soando o alarme para que a sociedade perceba as incoerências e descaminhos proporcionados pelo modelo de sociedade centrado no mercado e altamente instrumental. No mesmo caminho de emitir sinais de alerta seguem os trabalhos de Serva (1997). Nestes, promove-se discussões sobre os tipos de racionalidades – instrumental e substantiva – fundamentando-se nas teorias de Habermas e Guerreiros Ramos. Da mesma forma que organizações orientadas pela racionalidade instrumental, organizações substantivas – orientadas pela racionalidade substantiva – podem desfrutar de elevados padrões de competitividade, conforme demonstrado em Serva (1997).

Um ponto saliente quando se trata da racionalidade substantiva e de seus benefícios, apesar de esforços notáveis, consiste no fato de haver pouca discussão e conhecimento, seja no meio acadêmico ou empresarial, sobre trabalhos que descrevam aplicações práticas e que evidenciem os frutos colhidos por organizações predominantemente substantivas. Na área das ciências sociais aplicadas, discussões puramente teóricas parecem não serem capazes de conferir credibilidade. Por outro lado, estudos teórico-empíricos, ao apresentarem resultados consistentes, podem quebrar mitos e eliminar ou reformular questionamentos. Parece ser uma questão de criar mecanismos que consigam mesclar e ajustar a um nível ideal e aceitável as racionalidades substantiva e instrumental nas organizações produtivas.

Não obstante, há ainda que se levar em consideração que a comunidade científica dominante, na medida em que se fecha para as críticas (internas e externas), está assumindo o risco de fortalecer a emergência de uma nova comunidade, de outro jeito de pensar e fazer ciência. A estrutura do campo científico deve ser definida com base na moralidade e na ética e não pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições. Neste contexto, torna-se pertinente dizer que o modelo de se fazer ciência no campo da Administração, baseado nos moldes do positivismo, passa por uma crise de credibilidade – nos métodos empregados e na consistência dos resultados publicados.

A sensação que fica é a de que o complexo que compõe o mundo científico está seguindo pelo caminho errado, pelo menos os adeptos da corrente dominante. Nem é a questão de ser o caminho mais fácil, mas realmente de ser o errado. O que causa maior desalento é quando imagina-se outro caminho e se percebe que este já se encontra pavimentado com os mesmos problemas. O caminho crítico será atrativo a partir do momento que se criar coragem e vontade e passar a se apresentar soluções. Críticas seguidas de sugestões realmente parece ser um bom caminho. Neste sentido, os trabalhos desenvolvidos por Serva (1997) aparecem como um belo exemplo. A crítica é essencial para o bom andamento da ciência. Não se faz ciência apenas criticando e sim propondo, sugerindo e aplicando.

Os parâmetros atuais seguidos pela comunidade científica sugerem que a publicação é o que há de mais importante para o pesquisador. Muitas vezes não importa o fato de haver investigações paralelas sólidas e fundamentais. Importa somente o fato de ser importante aquela investigação que conseguir a proeza de ter um espaço conquistado no horizonte dos periódicos científicos. Este fato causa dúvidas e surgem questionamentos sobre a real finalidade da publicação. Importante lembrar que a publicação exige a agregação de fatores ao trabalho

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

científico que vão além dos resultados conseguidos. É visível a dificuldade imposta para os pesquisadores, principalmente para aqueles que estão iniciando seus trabalhos neste campo.

O caminho que se segue pelas instituições que ditam as regras de funcionamento dos programas de pós-graduação, dentre estas a Anpad, é notadamente o quantitativo. Apesar de ficar evidente nos discursos a preocupação com o aspecto qualitativo, a realidade não deixa dúvidas: os aspectos quantitativos são prioritários com relação aos qualitativos. As consequências são desastrosas. Muitos trabalhos publicados jamais serão lidos por qualquer indivíduo e muitos trabalhos lidos jamais terão utilidade prática. É neste trilho que segue os programas de pós-graduação no país. O ato de publicar deve ser considerado acima de qualquer outra coisa. Cabe questionar o real impacto das publicações para o desenvolvimento do país. Na mesma linha, parece haver a necessidade de se modificar os diversos sistemas que avaliam os programas, professores e alunos.

Neste tópico procurou-se fazer uma análise sobre as limitações presentes no modelo funcionalista dominante que dita as regras na prática e teoria no campo da Administração. Da mesma forma, apresentou-se algumas idéias relacionadas ao paradigma emergente ou paradigma crítico. Neste, contudo, verificou-se que existem limitações aparentes, principalmente nos trabalhos daqueles que se limitam a criticar, privando-se de apresentar qualquer solução. Abordou-se também o papel das comunidades científicas, destacando-se que o modelo de se fazer ciência em Administração encontra-se mergulhado num mundo de regras que muitas vezes privilegiam mais os aspectos formais dos trabalhos do que efetivamente o próprio conteúdo.

## 4.1 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO CONHECIMENTO SOBRE FATORES DE COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL

As organizações, cada vez mais, estão se preocupando em criar condições que viabilizem a incorporação de técnicas e estratégias que possam refletir em aceitação pelo respectivo mercado de atuação. A questão da competitividade parece implicar na adoção de estratégias globais e complexas. Algumas premissas são fundamentais nos estudos sobre competitividade, com destaque para a questão da incerteza que caracteriza o ambiente de atuação. Na mesma linha, existem fatores que precisam ser considerados pelas empresas para que se consiga manter um padrão competitivo que, no mínimo, se iguale ao da concorrência. Estes fatores se caracterizam como técnicos e institucionais. Os primeiros destacam a importância da eficiência operacional, ao passo que os segundos chamam a atenção para a observação dos aspectos externos à empresa.

O fato a se considerar é que por meio do mapeamento das expectativas e práticas desenvolvidas pelos agentes econômicos em um determinado período temporal, é possível orientar as atividades organizacionais para os padrões percebidos como mais competitivos. Destarte, está se buscando o método adequado para o desenvolvimento de produtos e processos, com a utilização das melhores práticas para excelência em custos, qualidade e prazo e que possa capturar as necessidades dos consumidores, para que estas sejam atendidas via o produto oferecido. Esses fatores de competitividade são aspectos de maior importância para uma determinada divisão da empresa, em um determinado período no tempo. A existência de um instrumento de avaliação que considere os fatores de competitividade possibilitará à organização trabalhar em sincronia com as exigências técnicas e ambientais, se estruturar internamente, reduzir os níveis de incertezas e melhorar o desempenho.

Macaído-da-Silva e Fonseca (2010) empreendem esforços na tentativa de estabelecer uma reflexão analítica sobre fatores de competitividade. Os autores separam os fatores em duas modalidades: técnicos e ambientais ou institucionais. Os primeiros estão ligados às ope-



# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

rações internas da organização, caracterizados pela possibilidade de serem controlados e medidos quantitativamente. São fatores funcionais, orientados por meio de uma racionalidade instrumental. Os fatores ambientais, por sua vez, não necessariamente podem ser controlados e muitas vezes são caracterizados por seu caráter qualitativo. Nem sempre é possível estabelecer mecanismos funcionais que garantam a harmonia das relações estabelecidas entre a empresa e estes fatores. Notadamente, a racionalidade instrumental não consegue atender às demandas impostas por estes fatores.

Os fatores técnicos ou funcionais estão fortemente enraizados no pensamento funcionalista. Há conformidade com as idéias iniciais que marcam o positivismo e o funcionalismo. Segue-se a idéia de que tudo é passível de uma explicação e com a aplicação de técnicas e conhecimentos pode-se alcançar a otimização. Desta forma, os fatores técnicos vão de encontro aos preceitos exigidos pela abordagem clássica da administração. É fundamental um conjunto de regras e procedimentos que visem manter, aprimorar e sustentar uma organização produtiva. A organização, neste contexto, é vista como um sistema passível de ser “trabalhado”, ou seja, existe a possibilidade de influenciar, ou mesmo controlar, as ligações estabelecidas entre as partes, tornando o todo mais eficiente.

Para estabelecer um quadro de análises dos fatores de competitividade será usado neste estudo o conjunto dos 15 fatores apresentados na dissertação de Roman (2011). Estes serão agrupados como fatores técnicos ou funcionais e fatores ambientais, institucionais ou que não se enquadram completamente dentro do conceito de funcionalismo. Seguindo nesta linha, ilustra-se no Quadro 2 os fatores técnicos e suas respectivas ligações com algumas correntes de pensamento, notadamente as correntes que sustentam o atual paradigma dominante.

Fatores Técnicos	Corrente de Pensamento	Influências
-Confiabilidade -Custos -Flexibilidade -Qualidade -Rapidez -Sistemas de Controle -Técnicas de Produção -Tecnologia da Informação e Comunicação	Empirismo/Racionalismo (Bacon, Descartes, Kant)	Administração Científica; Racionalidade Instrumental; Dividir para compreender; Quantificação;
	Positivismo/Utilitarismo (Comte, Popper, Schlick, Benthan)	Tudo pode ser explicado; Materialismo Utilitário; Otimização; Ordem e progresso; Empirismo.
	Funcionalismo (Durkheim, Malinowski e Selznick)	Organização Formal; Ligação entre funções e necessidades; Sociedade funcional; Divisão do Trabalho; Objetivos e metas.
	Sistemismo (Parsons, Buckley, Kast e Rosenzweig)	Organizações são sistemas sociais; Equilíbrio do sistema; Organização auto-sustentada; Estruturalismo; Troca de comunicação; Mecanismos de Controle.

Quadro 2: Influência das correntes de pensamento nos Fatores Técnicos

A seguir descreve-se como as empresas conseguem incorporar os fatores técnicos às suas atividades. Fica evidente a ligação existente entre as práticas adotadas e os métodos previstos no paradigma dominante. A aquisição de confiabilidade pelas empresas está condicionada à eficiência dos equipamentos. Estes, conforme Slack (1997), seguem os princípios de manter a previsão dos prazos de entrega, ter um planejamento para prevenir surpresas, controlar a ocupação dos recursos e monitorar as atividades de produção. Os custos podem ser trabalhados por meio de aspectos relacionados às ações tomadas no sentido de modificar processos ou o próprio produto em busca da redução do seu preço final, por meio da fabricação de produtos com poucos detalhes no acabamento e com maior funcionalidade, de formas mais simples e padronizadas, e confeccionadas com material mais barato (SLACK, 1997).

A flexibilidade pode ser adquirida por meio da incorporação de novas tecnologias e técnicas de produção. O emprego de bases quantitativas que dimensionem as características

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

atuais de demanda também contribui para este fim. A qualidade de um bem ou serviço está associada aos aspectos técnicos de uma organização: redução de erros e custos relacionados. Seus indicadores revelam a maneira pela qual a organização obtém padrão de qualidade nos processos e produtos e atende às expectativas de seus clientes, por meio da adoção de programas de controle e redução de erros e imperfeições nos processos e produtos. Desfrutar de rapidez significa reduzir o *lead time* da empresa por via de reduzir o fluxo de informações, de materiais e de operações (SLACK, 1997).

Os sistemas de controle estão baseados no controle e padronização das operações e procuram estabelecer mecanismos que permitam assegurar que o produto final contenha as especificações pré-determinadas pela empresa. As técnicas de produção se configuram como elementos relacionados, por exemplo, à adoção de práticas relacionadas à diminuição dos desperdícios, utilização eficiente dos recursos, busca da melhoria contínua e agregação de valor às etapas de produção. No mesmo sentido, as tecnologias de informação e comunicação são caracterizadas por *softwares* e aparelhos eletro-eletrônicos avançados. As comunicações são “melhoradas” quando submetidas à regras de hierarquização.

Seguindo com as análises dos fatores de competitividade, o próximo passo será a consideração dos fatores ambientais, institucionais ou que não se enquadram completamente dentro do conceito do funcionalismo. Seguindo nesta linha, ilustra-se no Quadro 3 os fatores ambientais ou institucionais e suas respectivas ligações com algumas correntes de pensamento, notadamente as correntes que mais se assemelham ao método previsto pelo chamado paradigma emergente.

Fatores Técnicos	Corrente de Pensamento	Influências
-Alianças Estratégicas -Capital Humano -Conhecimento -Fatores Culturais -Inovação	Dialética (Marx, Gurvitch, Séguin e Chanlat, Benson)	Processos sociais; Lógica do inacabamento; Qualidade em vez de quantidade; Discussão; Contradição; Indeterminismo; Acontecimentos arbitrários e contingentes.
-Relacionamento com Clientes -Responsabilidade Social	Complexidade (Descamps, Morin, Prigogine e Spencers)	Sistema social como sistema complexo; Novas alianças; Incerteza; Transdisciplinaridade; Imaginação criativa; Reflexão em vez de explicação.

Quadro 3: Influência das correntes de pensamento nos Fatores Ambientais

A seguir descreve-se como as empresas conseguem atrelar suas atividades com os fatores ambientais ou institucionais. Parece haver ligação entre as práticas adotadas e os métodos previstos no paradigma emergente ou paradigma crítico. O fator ambiental aliança estratégica está fundamentada em princípios organizacionais que procuram articular relacionamentos entre empresas concorrentes, distribuidores e fornecedores de matéria-prima e de material, visando a distribuir riscos e a aumentar a capacidade de competição. Os princípios ligados ao capital humano procuram demonstrar que os objetivos de uma organização serão alcançados com sucesso se estiverem voltados para as políticas de valorização do capital humano, através da integração social dos indivíduos e motivação.

Com relação ao fator ambiental conhecimento acredita-se que a disponibilização de conhecimentos para as pessoas certas no momento certo, por meio de canais formais e informais de comunicação, possa contribuir para a melhoria da eficácia da organização. Os fatores culturais referem-se às ideologias, valores, leis e rituais cotidianos verificáveis em uma organização. Parece ser fundamental entender as diferentes formas de cultura organizacional e considerá-las nas tomadas de decisões. Conforme Santos (1998), a cultura está significativa-

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

mente associada ao desempenho organizacional e as empresas com cultura forte evidenciam melhor desempenho.

O fator de competitividade inovação é aqui considerado como institucional pela razão da dificuldade de se medir e estabelecer técnicas que garantam práticas de inovação. A inovação fundamenta as estratégias organizacionais que visam desenvolver novos caminhos para agir, para solucionar problemas e para elevar o nível dos resultados. Os aspectos ligados ao fator relacionamento com clientes chamam a atenção para a preocupação da empresa em conhecer e se relacionar de maneira satisfatório com o mercado consumidor de seus produtos. São princípios organizacionais que intentam conhecer e satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes, bem como a fidelização do relacionamento.

Seguindo com a análise, constata-se que a preocupação com responsabilidade social nos processos produtivos vem ganhando destaque em textos que abordam formas de promover a competitividade. A adoção de medidas de responsabilidade social pode melhorar o desempenho dos processos de manufatura e produtividade das organizações, através do uso de recursos de forma adequada, e também através do fortalecimento da imagem da empresa na percepção do mercado. Percebe-se que os fatores de competitividade ambientais “escapam” ao controle dos métodos funcionalistas que são predominantes no atual cenário de competição entre empresas.

Após a análise epistemológica do conhecimento sobre fatores de competitividade organizacional, percebe-se claramente a ineficiência do modelo funcionalista predominante em atender as necessidades competitivas atuais das empresas. Esse fato é constatado devido a existência dos fatores de competitividade ambientais ou institucionais. A compreensão destes fatores ultrapassa o horizonte da explicação funcionalista, haja vista que existem aspectos fortemente ligados às correntes da dialética e da complexidade. Por outro lado, os chamados fatores técnicos estão dentro do domínio funcionalista e, normalmente são atendidos com satisfação por meio dos mecanismos estabelecidos por este método.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo desenvolveu-se uma análise epistemológica sobre o tema competitividade organizacional. Foram descritas as principais correntes de pensamento que se constituíram ao longo do tempo – empirismo, racionalismo, positivismo, utilitarismo, funcionalismo, sistemismo, dialética e complexidade. O entendimento sobre competitividade organizacional foi direcionado para o âmbito dos fatores de competitividade organizacional. Destarte, apresentou-se 15 fatores que foram objeto da análise. Com a definição de dois grupos de fatores – técnicos e ambientais – foi possível gerar uma discussão sobre os aspectos ligados à competitividade e a influência das principais correntes de pensamento.

Pode-se constatar que o paradigma funcionalista foi o que mais exerceu influência na ciência da administração. Por outro lado, a ausência de uma abordagem mais crítica culminou em limitações e controvérsias neste campo. Atualmente, contudo, parece haver duas linhas bem definidas no que se refere ao método de fazer ciência em administração: o paradigma funcionalista dominante e o paradigma crítico emergente. Em termos de racionalidade, pode-se dizer que no primeiro método há predominância da racionalidade instrumental, enquanto no segundo destaca-se a racionalidade substantiva.

No entanto, ao se analisar especificamente o tema competitividade organizacional, foi possível constatar que o grupo dos fatores determinantes na competição entre empresas divide-se de forma balanceada entre os paradigmas funcionalista e crítico. Dos 15 fatores de competitividade analisados, 8 sofrem influência da abordagem funcionalista e 7 são influenciados pela abordagem crítica. Os fatores funcionalistas são chamados neste estudo de fatores

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

técnicos, enquanto os fatores que se referem à abordagem crítica são denominados fatores ambientais ou institucionais. Apesar de não ser possível afirmar que os fatores são exclusivamente pertencentes a um determinado tipo de paradigma, é possível, contudo, destacar que alguns fatores são mais ou menos influenciados por determinada abordagem.

É importante ressaltar que neste estudo não se teve a pretensão de se gerar resultados conclusivos, mas provocar a discussão e a reflexão sobre o tema por meio de uma análise epistemológica. Destarte, não se pode generalizar que os fatores técnicos são exclusivamente funcionalistas e que os fatores ambientais são exclusivamente influenciados pelo paradigma crítico. O que parece ficar claro, no entanto, é que existem evidências de que a competitividade das empresas é influenciada sobremaneira por aspectos pertencentes às correntes da dialética e da complexidade. Nestes termos, pode-se depreender que o estudo sobre competitividade das organizações deve levar em consideração idéias integradoras que contemplem as abordagens funcionalista e crítica.

## REFERÊNCIAS

ANSOFF, H. I. **Corporate strategy**. Harmondsworth: Penguin, 1965.

BACON, Francis; ANDRADE, Jose Aluysio Reis de. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**: Nova Atlantida. São Paulo: Abril Cultural, c1973.

BENSON, J. K., As organizações: um ponto de vista dialético, in Chanlat, J.-F. e Séguin, F. **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal : Gaëtan-Morin, 1987.

BENTHAM, Jeremy.; MILL, John Stuart. **Uma introducao aos principios da moral e da legislacao**. Sao Paulo: Nova Cultural, 1979.

BUCKLEY, Walter Frederick. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix: Ed. Univ. S. Paulo, 1971.

BUFFA, Elwood S. **Administração da produção**. Rio de janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1972.

BUIAR, Denise Rauta. Flexibilidade Como Vantagem Competitiva no Novo Paradigma Tecnológico. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Engenharia de Produção - 1998**, 1998, Niterói- RJ. ENEGEP-1998, 1998. CD.

CASTRO, Mario; SANTOS, Fernando César Almada; SILVA, Eliciane Maria. A Relação entre Prioridades Competitivas e Indicadores de Desempenho: *Survey* em Empresas Moveleiras. **Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**, 11. 2008. São Paulo.

DESCAMPS, C. **As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

DESCARTES, René. Discurso do Método, in **René Descartes, coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico (cap. primeiro); Da divisão do trabalho social (livro I, cap. 1), in **Durkheim, coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. Lisboa: Europa-América, cap. 1, 1978.

GURVITCH, Georges. Caracterização prévia da dialética, in **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, 1987.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda ; inflação e deflação**. 2. ed. São Paulo (SP): Nova Cultural, 1985

KUPFER, David. Padrões de concorrência e competitividade In: ENCONTRO ANUAL DA ANPEC, 19, Campos de Jordão. **Anais...** São Paulo, 1992.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LEMOES, A.D.; NASCIMENTO, L. F.. A Produção Mais Limpa como Geradora De Inovação e Competitividade. **Revista de Administração de Empresas**, v.3, n. 1, p. 23 -46, 1999.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; BARBOSA, Solange de Lima. Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2002, vol.6, n.3, pp. 7-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v6n3/v6n3a02.pdf>. Acesso em 22 fev 2010.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da. Competitividade Organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, n. , p.33-49, 2010. Edição Especial. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/periodicos/arq\\_pdf/a\\_1111.pdf](http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1111.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2011.

MALINOWSKI, B. A teoria funcional, in **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro : Zahar, 1970.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Lisboa : Europa-América, 1982.

\_\_\_\_\_. Complexité et organisation, in Audet, M. e Malouin, J.-L., **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1986.

\_\_\_\_\_. **O problema epistemológico da complexidade**. Mem Martins: Europa-America, [1996?].

PADOVANI, U. e CASTAGNOLA, L. O criticismo kantiano; O positivismo, in **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

PARSONS, Talcott. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização, in Etzioni, A. (org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

POPPER, Karl. A lógica da investigação científica, in **Karl Popper, coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PRIGOGINE, I.(Ilya); STENGERS, Isabelle. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. 3. ed. Brasília: Ed.Universidade de Brasília, 1997.

QUINTELLA, Heitor Luiz Murat De Meirelles; ROCHA, Henrique Martins; ALVES, Manuella Fontana. Projetos de veículos automotores: fatores críticos de sucesso no lançamento. **Produção**, São Paulo, v. 3, n. 15, p.334-346, Set/Dez, 2005.

RADCLIFFE-BROWN, A. Sobre o conceito de função em ciências sociais, in **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROMAN, Darlan José. **Estudo sobre fatores de competitividade organizacional e seu impacto nas condições operacionais**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, CPGA, UFSC, Florianópolis, 2011.

ROSENWEIG, J.; KAST, F. O conceito moderno: enfoque sistêmico, in **Organização e administração – um enfoque sistêmico**. São Paulo: Pioneira, 1980.

SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. Cultura e desempenho organizacional: um estudo empírico em empresas brasileiras do setor têxtil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 2, n. 1, abr., 1998. [S.I.].

SCHLICK, Moritz; CARNAP, Rudolf. **Coletanea de textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Abril Cultural. Série Os Economistas, 1989.

SCIENCES HUMAINES. Le cercle de Vienne et le nouvel esprit scientifique. In: **Une siècle de sciences humaines**. Auxerre Cedex, Hors-Série n° 30, set/2000.

SCOPINHO, R. A.. Qualidade Total e Saúde e Segurança no Trabalho: O Caso do Setor Sucroalcooleiro da Região de Ribeirão Preto-SP. In: II Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde, 1999, São Paulo. **II Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde**. São Paulo-SP: ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 1999. v. 1, p. 60-61.

SELZNICK, Philip. Fundamentos da teoria de organização, in Etzioni, A. (org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa, in **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr/jun 1997.



# II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

\_\_\_\_\_. Abordagem substantiva e ação comunicativa : uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações, in **Revista de Administração Pública**, 31(2) : 108-34, mar/abr 1997.

SILVA, S. L.. Informação e competitividade: a contextualização da gestão do conhecimento nos processos organizacionais. **Ciência da Informação** [online], v. 31, n. 2, p. 142-151, 2002.. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12917.pdf> . Acesso em: 21 de março, 2010.

SLACK, N. et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

STEVENSON, W. J. **Administração das operações de produção**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.